

A EDUCAÇÃO DO CORPO “REPUBLICANO” NO ESPÍRITO SANTO: MODERNIZAÇÃO, CONTROLE E SOCIABILIDADE

Karen Calegari Santos Campos ¹, Regina Helena Silva Simões ²

Resumo:

Este artigo investiga a crescente visibilidade dada ao corpo na cena urbana da cidade de Vitória, Espírito Santo, no contexto de reformas urbanísticas modernizadoras promovidas durante o governo de Jerônimo de Souza Monteiro entre os anos de 1908 e 1912. Para tanto, utiliza como fontes privilegiadas mensagens de governo, jornais e imagens produzidas no período estudado. Em linhas gerais, a partir de um discurso de matriz republicana a favor da ordem, da modernidade e do progresso, observa-se a constituição da urbanidade encenada individual e coletivamente, que indicia modos materiais e imateriais de educabilidade do corpo em circulação pela urbe capixaba.

Palavras-chave: Modernização. Sociabilidade. Educação do Corpo. Espírito Santo. Jerônimo Monteiro.

1 Doutora em Educação. Coordenadora Pedagógica da Rede de Ensino Doctum.
E-mail: karencsantos@hotmail.com

2 Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mail: reginahe@terra.com.br

THE EDUCATION OF THE “REPUBLICAN” BODY IN ESPÍRITO SANTO: MODERNIZATION, CONTROL, AND SOCIABILITY

Karen Calegari Santos Campos, Regina Helena Silva Simões

Abstract:

This paper aims to investigate the increasing visibility of the body in the urban scene of the city of Vitória, Espírito Santo, in the context of the modernizing urbanistic reforms promoted during the government of Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912). To do so, it utilizes, as its sources, government messages, newspapers and images produced during the studied period. In general lines, from a republican matrix discourse biased towards order, modernity and progress, it is possible to observe the constitution of urbanity, individually and collectively staged, which indicts material and immaterial modes of educability of the body that circulates in the city.

Keywords: Modernization. Sociability. Education of the Body. Espírito Santo. Jerônimo Monteiro.

Introdução

Em 17 de janeiro de 1908, Jerônimo de Souza Monteiro publicou, no “Diário da Manhã”, o texto intitulado *Manifesto Político*, em que, em nome do Partido Republicano Construtor, anuncia a sua candidatura à presidência do Estado do Espírito Santo. Em sua plataforma de governo, aponta a urgência em equilibrar os gastos públicos e a necessidade de contratação de técnicos que, por meio dos saberes específicos, contribuiriam para o avanço político, social e econômico local.

Em sua proposta, observa-se a promessa de planejamento e execução de obras de modernização e mobilidade urbanas, particularmente no que se refere ao estabelecimento de redes de bondes para a circulação na cidade de Vitória e seus arredores. Chama a atenção ainda para a continuidade dos serviços em prol das condições higiênicas que favoreceriam tanto a saúde pública quanto o embelezamento urbano. Fiel a essas ideias, coube ao governo Monteiro (1908-1912)³ a execução de reformas que descortinaram a visibilidade dos corpos na cena urbana capixaba, em confluência aos discursos em defesa da ordem republicana, da modernidade e do progresso.

Nesse período, o governo do Espírito Santo manteve-se atento ao debate sobre a valorização da modernização urbana e das práticas corporais e de sociabilidade constituídas na cidade. Na medida em que o espraiamento e a materialização do discurso favorável a essa valorização se expandem, constroem-se prescrições e interdições aos corpos, agregando referências alinhadas à civilidade e ao progresso – que se tornam, portanto, mercadoria para consumo e produção de modos de educabilidade para os corpos “republicanos” na cena capixaba. Destarte, o estudo objetivou compreender a constituição de um novo *ethos* que buscou promover a visibilidade do corpo na cena urbana como prática favorável e confluyente aos discursos em prol da modernidade e do progresso.

No conjunto das fontes trabalhadas⁴, como os jornais, imagens do acervo “Jerônimo Monteiro” e mensagens presidenciais, percebemos a tentativa de consolidação de representações que instaurariam um ideário encharcado pela valorização e expansão da instrução pública, da urbanização, da criação de vias de acesso, da indústria, do patriotismo e do civismo, que se somariam a uma nova ordem de educação estética, atravessada pelo discurso acerca de investimentos sobre os corpos, produzidos individual

3 Para Vasconcellos (1995, p. 166-167), Monteiro “[...] era um produto do coronelismo, ao qual estava profundamente ligado. Mas é bom lembrar que ele era um doutor, com uma formação das mais avançadas para o Brasil da época; era um modernizador. Tratava-se, na época, de modernizar alguns elementos da vida pública, como a gestão do Estado, sem modificar a estrutura mais larga dos privilégios da sociedade, entre as quais a dos latifúndios. Mostrou-se um administrador audacioso, símbolo da modernidade possível aos coronéis. Foi símbolo também do casamento entre as velhas práticas políticas herdadas do período colonial e as novas demandas de uma sociedade que se urbanizava. Caso a modernização que as elites pareciam portar fosse um sucesso, elas morreriam politicamente. Era preciso ter visibilidade de um moderno, a imagem de um renovador, sem perder o controle da situação que produzia o poder. Sem modificar a estrutura de privilégios”.

4 Jerônimo Monteiro buscou ao longo de sua gestão construir imagens representativas da vida capixaba. Fruto dessa construção, o fundo “Jerônimo Monteiro”, que reúne textos escritos e imagéticos, foi organizado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e disponibilizado à consulta pública.

e coletivamente. Por exemplo, localizamos no jornal governista “Diário da Manhã” e no “Commercio do Espírito Santo” registros relativos à divulgação de eventos ligados a práticas corporais, artísticas e festividades diversas.

Como argumentaremos em seguida, a educação dos corpos incorporava-se a esse ideário republicano sustentado pela modernização, pelo controle e pela sociabilidade dos habitantes da cidade. A leitura das fontes mobilizadas neste estudo ancorou-se em teorizações de Carlo Ginzburg, especialmente no que se refere ao processo de análise das fontes, em aproximação ao que o autor denomina de *hors-texte*, “[...] o que está fora do texto”, mas que “[...] está também dentro dele, abriga-se em suas dobras” (Ginzburg, 2002, p. 42). Essa possibilidade foi explorada, na tentativa de compor modos de compreender, por meio da leitura dos documentos encontrados, relações de força que constituem a própria escolha que determinou o registro do documento no tempo.

Essas relações permeiam o discurso republicano que procurou instituir um conjunto de signos da modernidade na sociedade capixaba. Não distante dos discursos que circulavam em outros estados (VAGO, 1999), as referências sobre a modernidade podem ser encontradas em documentos que tratavam da organização política, econômica, social e cultural do cenário capixaba. Esses discursos são constituídos por falas que remetem à necessidade de superação do atraso e da promoção do progresso da nação, por meio da ordem, da racionalidade e da mudança das práticas sociais. Sendo eleito para gerir o governo de 1908 a 1912, Jerônimo Monteiro se esmerou em pôr em prática suas promessas de campanha: o Espírito Santo na rota do comércio e a sua preocupação com a reestruturação e o embelezamento da cidade são frequentes nas suas mensagens de governo que retratam algumas de suas ações, conforme podemos observar em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa:

[...] necessito de vossa autorização para levar a effeito tão grande empheendimento nos limites de nossos recursos. Os demais serviços de embelezamento da Victoria serão feitos, gradativamente, na medida das nossas forças (ESPIRITO SANTO, PRESIDENTE JERONIMO MONTEIRO, 1908, p. 25).

Regenerar, civilizar, limpar os vícios e fortalecer o caráter são expressões corriqueiras nos documentos consultados. Ao que parece, não bastava forjar dispositivos educativos para o controle sobre os corpos; tornou-se necessário criar uma imagem do sujeito estandarte, um personagem que comporia a *cena* no palco das relações de força e poder entre o governo e os sujeitos-alvo dessa nova ordem. Percebemos, desse modo, que o *poder* se tornava o elemento-chave para a compreensão de sentidos e significados do novo *ethos* que o discurso governamental pretendia instituir.

Nesse sentido, encontramos em Georges Balandier contribuições para captar tentativas de projetar e incutir a centralidade dos cuidados aos corpos – na cidade e na vida privada – e as interdições que sobre ele incidem: o proibido, o indócil e

bárbaro a ser controlado, vigiado, isolado e, por fim, punido, por meio dos discursos sobre o poder. Trata-se de um poder que se deseja exercer por meio da construção de recursos simbólicos que viriam a agir sobre o imaginário social, de modo oculto, pois “[...] (o poder) só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p. 7).

Essa noção revela o poder que se exerce de modo travestido, transmutado em um conjunto de discursos e práticas de convencimento que incidem de maneira manipulativa. Na construção da trama capixaba, torna-se possível perceber as representações políticas recorrerem a forças complementares que criariam as insígnias, as aparências e os códigos de conduta do personagem republicano, seja o aluno obediente e ávido, seja o esportista saudável e incansável; seja o político devotado e servil, seja a mulher maternal e dócil, os quais constituíam personagens modelares no discurso governamental. O próximo passo, portanto, necessário à constituição dessa trama, seria o roteiro que colocasse em curso o poder *em cena*.

Cidade moderna, corpos em cena: caminhos de uma Vitória republicana

Nos espaços citadinos, os “homens modernos” passaram a constituir cenários para desempenhar a encenação dos novos papéis sociais do drama republicano. Balandier (1976) nos oferece instrumentos para a leitura desse momento como um exercício da teatrocracia política no Espírito Santo, particularmente na capital, Vitória.

Para lideranças capixabas em ascensão em princípios do século XX, a ideia de modernização fundamentava a expansão e consolidação das atividades industriais e comerciais a serem desenvolvidas no Espírito Santo. Para tanto, se tornou desafio romper com o modelo de sociedade agrária e adequar espaços da cidade e sujeitos ao novo modo de vida em rota.

De acordo com Ferreira (2009), no que se refere à arquitetura urbana, um marco a ser considerado é o Código de Posturas Municipais, instituído pelo Conselho Municipal (1892). De acordo com esse código, a licença para a construção de prédios particulares seria concedida mediante a apresentação da planta. Além disso, previa-se

[...] a padronização da caixa das ruas a serem abertas, ficando ao encargo do Engenheiro Municipal a fiscalização do alinhamento das mesmas. As avenidas e ruas principais tiveram seus traçados modificados, além de surgirem novos logradouros, acarretando em desapropriações e demolição de prédios por utilidade pública (FERREIRA, 2009, p. 139).

Ao mapear os documentos que registram as mudanças arquitetônicas da urbe, Ferreira (2009) informa que entre os anos de 1908 e 1912 foram construídos e reconstruídos um total de 149 prédios na cidade de Vitória. A partir desse estudo e do conjunto de

documentos mobilizados, entre relatórios de governo e a imprensa, observa-se que, no governo do presidente Jerônimo Monteiro, há um forte investimento nos espaços urbanos que, a um só tempo, promoveriam o embelezamento da cidade e gerariam uma aproximação ao ideário de modernidade. O processo de modernização, no período, requeria que a racionalização dos espaços simbolizasse a configuração da sociedade republicana a ser instituída. As melhorias ainda incluíram a presença dos bondes movidos a eletricidade que alterariam o cotidiano capixaba. Por meio deles, a possibilidade de deslocamento da cidade aos espaços próximos ao mar criou condições favoráveis à conformação de práticas de sociabilidade entre os habitantes da cidade.

O Café Rio Branco, situado na Rua da Alfândega, constituiu um estabelecimento emblemático do ambiente de sociabilidade que se instaurava na cidade de Vitória. Como pode ser observado na Figura 1, a fotografia que compõe o acervo, legado pelo governo Jerônimo Monteiro indicia elementos de um cotidiano repaginado por novos códigos de vestimenta, de ocupação de espaços públicos e de lazer urbano.

Figura 1 – Café Rio Branco



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) –
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Na descrição de Ferreira (2009, p. 150),

[...] Rodolpho Ribeiro de Souza, proprietário do Café Rio Branco, mantinha mesas e cadeiras à frente de seu estabelecimento comercial, desde 1910. O comerciante assinou contrato com a Prefeitura Municipal, em 22 de janeiro desse ano, que o autorizou a utilizar o espaço público do jardim da Praça Santos Dumont para vender café, refrescos, bebidas e outras mercadorias, durante seis anos. O contratado se comprometia a não impedir o trânsito público e garantir a limpeza das ruas que iria utilizar. O mesmo contrato obrigava o comerciante a zelar pela Praça, passando a ser sua responsabilidade a limpeza, a varredura, a irrigação e cultivo de plantas, bem como a manutenção da fonte e lampiões do jardim.

Investe-se, dessa maneira, na reconfiguração da cidade. Esse investimento material e imaterial pode ser indiciado por meio tanto das construções dos espaços de sociabilidade como no compartilhamento de responsabilidades sobre a manutenção dessas estruturas. Esse compartilhamento, como acima descrito por Ferreira (2009), parece entrever um dos processos de construção de relações entre o sujeito e os espaços citadinos: se por um lado o comerciante assume a responsabilidade pela salubridade de seu estabelecimento e o seu entorno, por outro, estabelece condições de possibilidade para atrair o público e na criação de laços entre estes e os espaços coletivos.

Microfisicamente pensados por médicos, engenheiros sanitaristas e arquitetos, os espaços da urbe se tornam um monumento representativo que orienta, prescreve e exige um conjunto condizente de comportamentos e hábitos com a nova postura moderna. A presença dos bondes expandiu a ocupação das ruas da cidade, e incentivou o passeio público em meio às benfeitorias arquitetônicas que ornamentavam a capital do estado. Somada à oferta dos bondes, a substituição dos armazéns, antes mistos, por um comércio especializado, auxiliou no engendramento de uma cultura de “passeio”. Também o abastecimento de água, inaugurado em 1909, e a oferta de rede elétrica passaram a ser associados à ideia de conforto, ainda que não acessível a todos os segmentos sociais (PIRES, 2006, FERREIRA, 2009).

A construção de espaços de sociabilidade na cidade de Vitória, bem como a valorização dos espaços “saudáveis” para divertimentos coletivos, revelou-se assunto recorrente em diversos documentos consultados. Como observam Almeida et al. (2012), entre os empreendimentos construídos, encontravam-se as praças e parques, paisagisticamente preparados e ligados a uma noção de urbanística sanitária, que “[...] visavam a domesticar o olhar da população para a importância da salubridade e construir um novo referencial para a vida urbana” (ibid., p. 8).

A Praça 8 de Setembro (Figura 2) e o Parque Moscoso (Figura 3), ilustram espaços destacados no acervo de representação da modernidade arquitetônica preparado pelo governo Monteiro, com o objetivo retratar a urbanidade em construção nos tempos

iniciais da república no Brasil.

Figura 2 – Praça 8 de Setembro, 1912



Fonte: Lopes, 2004 p. 203.

Figura 3 – Parque Moscoso, 1912



Parque Moscoso. Victoria. E. E. Santo.

Fonte: Lopes, 2004, p. 91.

Idealmente, ruas, praças e avenidas comporiam, além da sua funcionalidade no trânsito citadino, a materialização de discursos que pretendiam romper com a “fragilidade e incipiência” imperial dos espaços. Pretendiam caracterizar-se como um novo ponto de vista da vida social na/da cidade e buscavam legitimar-se como bandeira de civilidade que se adequaria aos modos de vida moderna e republicana, cujos espaços funcionais implicavam a constituição de novas redes de sociabilidade. Nesse cenário,

[...] as praças marcam a estrutura das cidades. Diferenciam-se de outros espaços por constituírem vazios na malha urbana. Associadas a conjuntos arquitetônicos, funcionam como pontos de descompressão ao proporcionarem uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações. [...] A leitura do espaço praça ocorre segundo duas linhas de orientação: a primeira tem como fio condutor o desenvolvimento dos espaços coletivos perante os processos urbanísticos ocorridos na civilização ocidental, em particular o desenvolvimento do capitalismo; a segunda fundamenta-se na trajetória da praça brasileira, atrelada ao desenvolvimento dos processos urbanos no nosso território. Nesse sentido, a praça – como manifestação de espacialidade urbana – reflete uma forma de ocupação, organização e apropriação do espaço próprio da nossa cultura urbana (CALDEIRA, 2007, p. 14-15).

A praça se configura, desse modo, em espaço de convívio e de lazer; contudo, também expressa um investimento na educação dos corpos e dos imaginários sociais na medida em que, como ambiente projetado e instituídos como plano de governo, reforça a presença da cidade higiênica, dos espaços coletivos e privados, do traçado racional e ordenado da cidade. Paralelamente, o governo Monteiro empenhou-se em expandir a educação sanitária, invadindo a esfera privada dos sujeitos por meio de medidas de cunho higiênico e moral. Na mensagem de governo publicada em 1913, o presidente dá a conhecer o seu empenho em instrumentalizar e formar a força policial para a vigilância de comportamentos considerados desviantes dos padrões “aceitáveis” de comportamento. Segundo essa lógica, determinados tipos sociais considerados loucos, bêbados, moradores de rua e “capoeiras”, foram considerados nocivos à sociedade por serem portadores de *atitudes reprováveis* para o pleno desenvolvimento da cidade (PIRES, 2006).

Nesse sentido, sinaliza-se um duplo movimento: se, por um lado, fazia-se necessário constituir um novo espaço urbano calcado nos preceitos higiênicos da modernidade, por outro, produziam-se modos de circular o investimento sobre os corpos, tornados visíveis em espaços exógenos à vida privada. Para tanto, investiu-se em códigos de postura que garantissem a moralidade e civilidade dos gestos, sentidos e movimentos. Em outras palavras, delineava-se a educação dos corpos.

Por exemplo, qual seria a expectativa de comportamento da população em eventos sociais? O programa das festas de inauguração da estrada de ferro que liga Vitória

ao Rio de Janeiro teve dupla face: a atitude cívica e o estrito código de vestimenta. A comercialização dos trajes pela loja Primavera⁵, por outro lado, indicia outro elemento do desenvolvimento: a presença do comércio local, beneficiado pela iniciativa. Mais do que tudo, porém, há que destacar o motivo da festividade: a inauguração do transporte ferroviário entre Vitória e o Rio de Janeiro, que anunciava possibilidades de desenvolvimento para o pequeno e provinciano estado do Espírito Santo.

Programma das festas da inauguração da estrada de ferro que nos ligará a Capital Federal

1º Toda e qualquer bandeira nacional hasteada no território espirito-santense, deverá ser completamente nova e comprada na loja *Primavera*.

2º Todo aquelle que desejar obter um cartão de convite, deverá provar que tem chapéu novo para smoking, camisa para casaca, meias fio de escossia, lenço de pura seda e perfumado com fina essencia, bigode lustroso a brilhantina de Haubigrant, luvas de pellica ou lã, sua frasqueira de conservar por 36 horas o liquido quente, á tiracollo, collarinhos e punhos de puro linho e que todos estes artigos sejam comprados na loja *Primavera*.

3º Nenhum cidadão poderá fazer parte da marche aux flableaux, sem concorrer com seu giorno no terno e comprado na loja *Primavera*.

4º Não é permitido calçado sem que não seja moderno e chic e que traga a etiqueta da loja *Primavera*.

5º Chapéus de sol para homens, sombrinhas á dernnier Cris, chapéus para meninos e meninas, bolcinhas para viagem, cintos modernos, leques finos, alta novidade, tolletes de fustão branco e de cores e muitos outros objectos indispensáveis aos convidados, poderão ser comprados onde bem lhes convier; entretanto, para não causar desgostos e para que haja economia e apurado gosto, sempre é melhor procurarem a loja *Primavera* à rua da Alfandega n. 45.

Á ella, pois! N. B. – Os frasquinhos de sal inglez perfumado contra enxaquecas e enjões de viagens de trens, só é privilegio da loja *Primavera* (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 jun. 1910, p. 3).

O “Programma das festas da inauguração da estrada de ferro que nos ligará a Capital Federal”, publicado no jornal “Diário da Manhã” (1910a), pode ser lido como propaganda de costumes autorizados. Entretanto, se a prescrição de vestimentas e comportamentos considerados apropriados à ocasião habilita os sujeitos autorizados ao comparecimento, pelo não dito temos a indicação de quais são aqueles não autorizados a compor a festividade – ou até mesmo espetáculo. Assim, esse documento dá visibilidade a uma cena construída e moldada à luz daquilo que a postura urbana moderna pretendia: construir nos sujeitos uma identidade agora atrelada ao consumo, material ou imaterial,

5 A loja Primavera foi um estabelecimento, localizado na cidade de Vitória, que no início do século XX comercializou diversos produtos relacionados a aviamentos e confecções da época. É constante a presença de propagandas no jornal “O Diário da Manhã” que anunciavam a loja como uma referência na venda de objetos importados e “da moda”.

para dar o “acesso” a esse espaço privilegiado e evidenciar a imagem de corpos educados, republicanos e, portanto, modernos. Tratou-se de um movimento de metamorfosear identidades por meio da incorporação de comportamentos e valores associados à ideia de modernidade. Desse modo, fez-se necessário constituir representações de personagens e tramas emblemáticas para formalizar a criação de valores comuns; “[...] os mitos ajudam a organizar os fatos dispersos e a modernidade, nesse sentido, precisou vir cercada de mitos de forma a reunir, ao redor de si, personagens antes dispersos” (PIRES, 2006, p. 95).

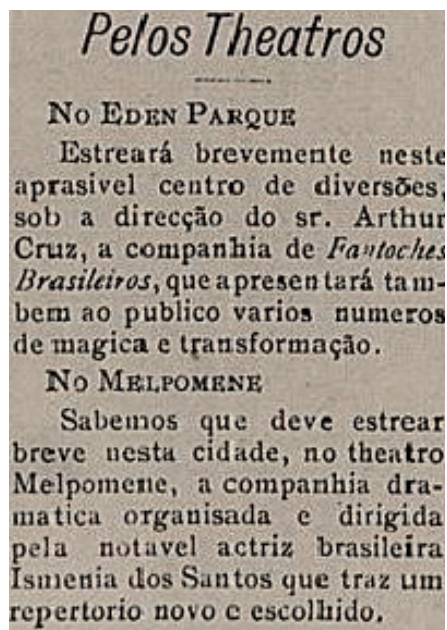
As manifestações dos festejos foram identificadas nos arquivos do APEES, no impresso “Diário da Manhã” e nos relatórios de governo. A presença de festividades e os encontros sociais parecem enveredar-se ao discurso higiênico como medidas de exercício da civilidade. Na esteira desse cenário, há um paulatino avanço na construção de espaços que objetivavam alimentar a alma e educar os corpos à luz dessa nova cultura.

Estratégias para a educação dos corpos: o cinema, o teatro e o carnaval na cidade de Vitória

No jornal governista “Diário da Manhã” encontramos indícios da movimentação formada em torno da circulação crescente de corpos na cena urbana. O periódico também dá visibilidade à valorização do teatro como espaço educativo, palco de diversas formas socializadoras. Pelo jornal, os capixabas são convocados a participar de encontros sociais, de bailes com *jazz band*, e a visitar espaços culturais para prestigiar atividades circenses, musicais e teatrais. Nesse cenário, ascende a proliferação de eventos sociais envolvendo a elite capixaba, muitos deles acessíveis no catálogo de imagens do governo Jerônimo Monteiro.

Esses espaços foram utilizados tanto para eventos abertos à sociedade, quanto para eventos sociais que constituíam a agenda do governo. Circulam, com regularidade, informações sobre as atividades festivas do Teatro Melpomene – inaugurado em 1896, possuía iluminação própria no local e acomodava até 800 pessoas – e do Éden Parque, inaugurado em janeiro de 1907.

Figura 4 – Propaganda “Pelos Theatros”



Fonte: Diário da Manhã, 16 jun. 1910, p. 3.

Figura 5 – Teatro Melpomene e seu interior no governo de Jerônimo Monteiro



Fonte: ESPÍRITO SANTO. Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do estado do Espírito Santo. Victória, 1913.

Figura 6 – Propaganda de exibição cinematográfica a ser realizada no Teatro Melpomene



Fonte: Diário da Manhã, 16 jan. 1910.

O Éden Parque não possuía a suntuosidade do Teatro Melpomene. Com capacidade para 150 pessoas, estrutura em madeira e coberto por folhas de zinco, abrigava tanto festividades como sessões de cinema, sendo frequentado prioritariamente por homens e considerado importante ponto de encontro social. Seus frequentadores podiam beber, jogar, ouvir música e assistir a pequenas orquestras que executavam óperas ou valsas. Segundo Malverdes (2008), o Éden Parque, que exibia filmes mudos do tipo documentário, mobilizou um público cujo acesso era estimulado pelo baixo preço da entrada.

Também nos chamou a atenção a significativa presença da propaganda a favor do carnaval na capital capixaba. O jornal “Diário da Manhã” registra, em diversos momentos, com humor e pilhéria, comunicados sobre a organização e preparação dos carnavais organizados em Vitória.

Figura 7 – Propaganda Phenix Carnavalesca



Fonte: Diário da Manhã, 17 jan. 1908, p. 2.

Figura 8 – Baile de Carnaval no Éden Parque, 1912



Fonte: Blogs Vitória. Disponível em: <<http://blogs.vitoria.es.gov.br/carnaval2013/index.php/o-carnaval-capixaba/#>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Figura 9 – Praça 8 de Setembro na noite do segundo dia de carnaval de 1912



Praça 8 de setembro no 3º dia de carnaval - 1912.

[JM 202]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) –
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Percorrer as pistas sobre as festividades populares e as suas relações com festividades elitistas, em princípios do século XX na cena capixaba, não é uma tarefa fácil. Percebemos que, por meio das imagens e das publicações nos impressos, é possível entrever indícios de aproximações e distanciamentos entre os divertimentos sociais numa perspectiva de classe. Contudo, são indícios fugidios que pouco nos auxiliam no processo de encontro com a verossimilhança (GINZBURG, 2002).

Todavia, recorrendo-se aos relatórios da gestão do governo e particularmente da segurança pública, nota-se a tentativa de controlar manifestações culturais das camadas populares. Uma das estratégias utilizadas neste sentido foi a criação de espaços de lazer circunscritos aos pobres e às classes economicamente favorecidas, de modo a impedir a interferência de uma sobre a outra. Imagens da época revelam diferenças entre os festejos de carnaval vivenciados entre grupos distintos. Enquanto no Teatro Melpomene as práticas de sociabilidade se circunscrevem a outros tipos de ofertas culturais, como mostrado nas figuras 5 e 6, no Éden Parque (figuras 8 e 10) há uma predominância da pilhéria e das fantasias no encontro entre as pessoas.

Figura 10 – Grupo de mascarados no Éden Parque, carnaval de 1912



Grupo de mascarados no Eden Parque durante o carnaval de 1912 - Vitória.

[JM 306]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) –
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Em outros espaços, o carnaval vivenciado como festividade oriunda de uma raiz de cultura europeia – os chamados “bailes de elite” – inclui a presença de orquestra, a austeridade de trajes e a formalidade nos gestos.

Figura 11 – Baile de Carnaval oferecido a Jerônimo Monteiro, 1912



Baile oferecido ao Dr. Jerônimo Monteiro no Congresso - pelo carnaval em abril de 1912.

[JM 311]

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo (1912) –
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

No jornal governista “Diário da Manhã”, no qual havia espaços disponíveis para o envio de notas e contribuições dos leitores, não é raro encontrar escritos em defesa de um comportamento social ancorado na disciplina e na alegria, as quais aparecem como traços da personalidade republicana que, se por um lado fortalece o discurso da responsabilidade, o amor à inteligência e ao trabalho, por outro busca dar visibilidade à importância da constituição das redes de sociabilidade.

Em 23 de janeiro de 1908, o jornal “Diário da Manhã” inicia a publicação da coluna *Croquis*, publicada às quintas-feiras e domingos. Escrita por um colaborador sob o pseudônimo de *Marforio*, a coluna esboçava “os perfis, não só de cavalheiros em evidencia no nosso meio, cujos traços for observando, mas também de senhoritas que não lograrem escapar às suas vistas” (Diário da Manhã, 23 de janeiro de 1908, p.1). Quanto ao seu conteúdo, caracterizava-se como “[...] pilheria leve, dentro dos limites do humorismo fino e inofensivo, sem o menor vislumbre de ataque a quem quer que seja” (idem, p. 1), como é possível observar no exemplo abaixo

Croquis

Sigo o proverbio da justiça boa
Começando os,”croquis” por um de casa
- Talento que por esta terra echoa,
Character nunca posto pela rara.
Em ser gentil elle não perde vasa
Com a prosa fina, que a ninguem enjoa...
Em nada lhe adianta nem lhe atraza
Ao leme estar também “nesta canoa”.
Tem graça vê-lo, á custo, dar-se ao luxo
De torcer o bigode pequerrucho,
Que só com o microscopio a gente logra!...
É bacharel. Os nickeis da Fazenda
Não há quem com mais zelo e amor defenda...
Feliz rapaz que ainda não teve sogra!...
Marforio (Diário da Manhã, 23 jan. 1908).

O impresso parece incentivar o humor em diversas ocasiões. Em 20 de junho de 1910, há uma nota assinada por Arthur Orlando que evidencia o “riso” como “o mais expressivo e gracioso dos movimentos estheticos”. Segundo o autor da nota, o riso define a própria condição humana e nos diferencia dos animais irracionais. Contudo, ressalta que nem toda forma de humor é saudável, corroborando a própria definição

da coluna *Croquis*, que afirma a necessidade de manter a pilhéria de forma leve. Desse modo, não há espaços para o extravasamento dos corpos; o riso é possível; porém contido.

Para entender o contexto em que essas relações de força se produzem, Balandier nos permite compreender os jogos de poder como lugar de constituição do drama. Para o autor, ocultado por trás de todas as formas de organização social e dos poderes, reside inevitavelmente o que ele denomina “teatrocracia”. Para ele, os atores políticos buscam referências no drama para promover os jogos de poder como jogos de encenação, pois “[...] todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro” (BALANDIER, 1982, p. 6), já que há um íntimo parentesco entre a arte da cena e a arte do governo. Assim, o jogo de aparências, necessário ao movimento teatrocático, constrói modos de comando da realidade por meio da manipulação do imaginário social. Em seu entendimento, “[...] o recurso ao imaginário está na convocação de um futuro em que o inevitável se transformará em vantagem para o maior número de súditos. As luzes da cena do futuro iluminam a do presente” (idem, p. 8).

No âmbito desse drama, na construção da teatrocracia, o personagem ordinário da cidade expõe-se às necessidades, exigências e aos riscos da vida coletiva, ao mesmo tempo em que impressos, imbuídos de orientações e de cuidados, parecem dispostos a intervir por meio de normatizações que buscam criar comportamentos circunscritos a um *script* higiênico. Desse modo, a ação sobre os corpos impera em diversas esferas do comportamento humano, avança microfisicamente e busca incorporar-se nos gestos, nas respostas aos estímulos ora orgânicos, ora sociais. Sorria, mas não em demasia.

Considerações finais

Ao analisar os discursos que buscavam educar corpos na urbe capixaba, chamamos a atenção os rituais de espetacularização como estratégias de fazer circular orientações, prescrições e interdições sobre o sujeito individual e coletivo. A sociedade do espetáculo, por meio dos seus personagens, compõe um conjunto de significados imateriais a serem interiorizados pelos sujeitos; contudo, são produzidas maneiras concretas de visibilidade do conjunto de princípios e valores a serem interiorizados, pois o “[...] exemplo é convertido em espetáculo” (BALANDIER, 1982, p. 18).

No contexto da pesquisa, é possível ver a constituição do roteiro dramático que produz a “fôrma” – ou forma – da vida social autorizada na/da cidade de Vitória. No encontro com os documentos, foi notável a abundância no registro imagético e textual sobre a presença de oportunidades de sociabilização; seja na praça pública, nos cafés, nas festividades, no cinema e no teatro.

Todavia, ao retomar os objetivos do estudo, percebemos que nesse cenário há uma movimentação interessante a ser observada: ao passo que os corpos são colocados

em evidência e se tornam um possível receptáculo do personagem republicano, são forjados também discursos sobre os modos não autorizados de visibilidade dos corpos; desse modo, é perceptível o lugar de dubiedade ocupado pelos corpos na cena social. Igualmente, é preciso criar um mito de corpos educados, de saúde e robustez que se oponha aos modos não autorizados de vida em sociedade; porém, é necessário que a presença do indesejado permaneça constante, para que se legitimem os discursos em prol do mito.

Referências

ALMEIDA, Felipe Quintao; VARNIER, Thácia Silva; GOMES, Ivan Marcelo; ALMEIDA, Ueberson Ribeiro; MORAES, Cláudia Emília Aguiar. A emergência dos clubes esportivos em Vitória: contexto e representações. *Esporte e Sociedade*, v. 20, p. 97-121, 2012.

BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CALDEIRA, Junia Marques. *A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2007.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 17 jan. 1908. 1908a.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 23 jan. 1908. 1910b.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 16 jan. 1910. 1910a.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 16 jun. 1910. 1910b.

DIÁRIO da Manhã, Vitória, 20 jun. 1910. 1910c.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente de Estado (1908-1912: Monteiro) *Mensagem enviada ao Congresso Espirito-Santense em 24 de setembro de 1908 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial, 1908.

FERREIRA, Gilton Luis. *Um desejo chamado metrópole: a modernização da cidade de Vitória no limiar do século XIX*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOPES, Almerinda da Silva. *Memória aprisionada: a visualidade fotográfica capixaba: 1850/1950*. Vitória: Edufes, 2004.

MALVERDES, André. *No escurinho dos cinemas: a história das salas de exibição na Grande Vitória*. Vitória: A. Malverdes, 2008.

PIRES, Maria da conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: Modernidade e modernização na construção da capital capixaba. *Revista de História SAECULUM*, João Pessoa, jan./jun. 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura Escolar, Cultivo de Corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças do ensino público primário de Belo Horizonte (1897-1920)*. Tese 315f. (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1999.

VASCONCELLOS, João Gualberto. *A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES/SPDC, 1995.

Recebido em: 09/03/2018

Aprovado em: 08/05/2019